



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial de Relacionamento Externo
Secretaria-Executiva do Conselho Brasil-OCDE

ATA DE REUNIÃO

CONSELHO BRASIL - OCDE
Comitê Gestor do Conselho Brasil - OCDE

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR

DADOS DO COLEGIADO

Colegiado: Comitê Gestor do Conselho Brasil-OCDE.

Ato de Criação: Arts. 4º e 5º do Decreto nº 9.920, de 18 de julho de 2019 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9920.htm).

Atos de Designação:

Portaria CC/PR nº 2.288, de 11 de setembro de 2019;
Portaria CC/PR nº 479, de 15 de outubro de 2020;
Portaria CC/PR nº 628, de 02 de junho de 2021;
Portaria CC/PR nº 645, de 10 de junho de 2021;
Portaria CC/PR nº 806, de 22 de julho de 2021;
Portaria CC/PR nº 697, de 22 de junho de 2021;
Portaria CC/PR nº 913, de 09 de agosto de 2021;
Portaria CC/PR nº 1.073, de 08 de setembro de 2021; e
Portaria CC/PR nº 1.074, de 08 de setembro de 2021.

Periodicidade das Reuniões Ordinárias: Mensal (Art. 10 do Decreto nº 9.920, de 2019).

Sigla: --.

DADOS DA REUNIÃO

Data: 3 de fevereiro de 2022

Horário: 10h10 às 11:25h

Local: virtual (Teams)

REPRESENTANTES PRESENTES

- **André Odenbreit Carvalho**, Secretário Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil da Presidência da República - CC/PR, membro titular;
- **Paula Roberta de Moraes Baratella**, Secretária Especial Adjunta de Relacionamento Externo da Casa Civil da Presidência da República - CC/PR, membro suplente;

- **Sarquis José Buainain Sarquis**, Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores - MRE, membro titular;
- **Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel**, Diretor do Departamento de Organismos Econômicos Multilaterais do Ministério das Relações Exteriores - MRE, membro suplente;
- **Marcelo Pacheco dos Guarany**s, Secretário Executivo do Ministério da Economia - ME, membro titular;
- **Erivaldo Alfredo Gomes**, Secretário de Assuntos Econômicos Internacionais do Ministério da Economia - ME, membro suplente;
- **Mario Fernandes**, Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República - SG, membro titular;
- **Miguel Griesbach de Pereira Franco**, Assessor Especial na Secretaria de Governo da Presidência da República - SEGOV, membro suplente.

Participaram também da 1ª Reunião Extraordinária:

- **Adriana Neves Mascarenhas** (Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil);
- **Antônio Sergio Malaquias de Queiroz Filho** (Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil);
- **Daniel de Oliveira Lopes** (Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil);
- **Felipe Hees** (Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos);
- **Felipe Pinheiro Mello** (Ministério das Relações Exteriores);
- **Fernanda Menezes Pereira** (Ministério da Economia);
- **Flávia Serafim** (Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil);
- **Gustavo de Paula e Oliveira** (Ministério da Economia);
- **João Marcelo Cornetet** (Ministério das Relações Exteriores);
- **José Eduardo Bernardo dos Santos** (Ministério das Relações Exteriores);
- **José Mauro Esteves dos Santos** (Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil);
- **Juliana Caxambu Volpi** (Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil);
- **Kélvia Frota de Albuquerque** (Ministério da Economia);
- **Luciana Farnesi** (Ministério das Relações Exteriores);
- **Luís Henrique D'Andrea** (Ministério da Economia);
- **Marco Aurélio dos Santos Rocha** (Ministério da Economia);
- **Osvaldo Antonio Pinheiro Silva** (Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil);
- **Sarita de Paula Pereira Cavalcante** (Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil);
- **Sônia Christina Brant Wolff** (Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil).

PAUTA DA 1ª REUNIÃO

1. Discussão

1. Discussão 1.1 – Acesso do Brasil à OCDE

DISCUSSÃO 1.1 - Acesso do Brasil

a. A Casa Civil, ao mencionar a abertura do diálogo com a OCDE para fins de acesso do Brasil à Organização, lembrou que a natureza do trabalho do Comitê Gestor deverá intensificar-se, tornando-se mais específica e focada para melhor acompanhar a implementação do "roadmap" e os avanços nesse processo. Apontou algumas questões que precisarão ser tratadas nas próximas reuniões do colegiado: os temas que poderão compor o memorando inicial; a avaliação dos instrumentos normativos da Organização em blocos temáticos; o prazo para resposta do País ao questionamento inicial e as expectativas quanto ao seu formato e conteúdo; as



formas para ampliar o engajamento dos ministérios setoriais; os custos relacionados e os momentos para repasse de recursos; a recomendação de que as manifestações encaminhadas pelos setoriais sejam enviadas em língua inglesa e que incorporem comentários substantivos quanto ao alinhamento às práticas da Organização, mesmo no caso de instrumentos já aderidos; bem como o compromisso com a transparência ativa do processo.

b. O MRE informou ter intensificado os contatos com a OCDE e com países, inclusive para buscar maiores esclarecimentos sobre o processo de acesso. Ponderou que, após receber o convite para iniciar discussões de acesso com a OCDE, o status do Brasil mudou, passando a "accession candidate country", assim como os cinco outros países candidatos. Isso implica incremento da participação do Brasil na Organização, com a necessidade de fortalecimento da atuação brasileira em todas as instâncias da OCDE. O MRE lembrou que, tendo por referência exemplos recentes de países que se tornaram membros plenos, as próximas etapas passam por: recebimento pelo Brasil de roteiro de acesso, específico para cada país ("roadmap"); resposta com posicionamento brasileiro preliminar frente a todos os instrumentos da OCDE (memorando inicial); primeira missão oficial da OCDE ao País, dando início formal às discussões técnicas, com realização de encontros com autoridades governamentais, parlamentares e representantes da sociedade civil ("kick off mission"), a qual poderá ser seguida de outras missões ao longo do processo; e exames técnicos nos Comitês, com escopo específico e ritmo dos trabalhos definidos a partir de diretrizes elaboradas pelo Conselho da OCDE. Quando todos os Comitês completarem as respectivas avaliações e recomendarem ao Conselho que estenda convite ao Brasil para que se torne membro pleno, será negociado um memorando final com as condições para a acesso à Organização e para a adesão do País à Convenção que cria a OCDE. A entrada do Brasil como membro da organização se dará após a ratificação do protocolo de acesso, que deverá ser avaliado pelo Congresso Nacional. O MRE ressaltou que, durante todo o processo de acesso, é preciso garantir que estudos e revisões ("peer reviews") estejam relacionados ao contexto da acesso. O MRE também indicou que terá uma estrutura administrativa interna fortalecida exclusivamente dedicada à relação do Brasil com a OCDE, tratando do processo de acesso e do engajamento regular nos foros da Organização.


c. O ME apontou o trabalho de análise pelo Ministério de um grande número de instrumentos legais da OCDE, relacionados às suas competências; ponderou sobre a necessidade de ferramentas, inclusive tecnológicas, para facilitar e agilizar o acompanhamento do processo de acesso, além de garantir transparência ao andamento e evolução do processo; destacou o papel do Comitê Gestor; comentou sobre a necessidade de ampliar a interlocução com o Parlamento, inclusive pelos aspectos legais envolvidos, e reforçou a necessidade de interlocução com os ministérios.

d. A Secretaria Geral da Presidência da República reiterou o tema da sensibilização dos gestores, tanto das estruturas setoriais quanto do Centro de Governo, para criar sincronismos de ações para o processo de acesso do Brasil à OCDE, inclusive quanto à questão orçamentária envolvida.

Brasília, 3 de fevereiro de 2022.

(assinado eletronicamente)

ANDRÉ ODENBREIT CARVALHO
Casa Civil da Presidência da República
Secretário Especial
de Relacionamento Externo




SARQUIS JOSÉ BUAINAIN SARQUIS
Ministério das Relações Exteriores
Secretário de Comércio Exterior e
Assuntos Econômicos

(assinado eletronicamente)

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Ministério da Economia
Secretário Executivo

(assinado eletronicamente)



MARIO FERNANDES
Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretário Executivo

(assinado eletronicamente)

MIGUEL GRIESBACH DE PEREIRA FRANCO

Secretaria de Governo da Presidência da República
Assessor Especial



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes, Secretário-Executivo**, em 11/03/2022, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miguel Griesbach de Pereira Franco, Assessoria Especial da Secretaria de Governo da Presidência da República**, em 14/03/2022, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Odenbreit Carvalho, Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil**, em 14/03/2022, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO PACHECO DOS GUARANYs, Usuário Externo**, em 14/03/2022, às 18:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3150230** e o código CRC **1DD8BBCE** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'M' followed by a flourish.